

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
SERVIÇO SOCIAL**

CRISTINA BARBOSA BENJAMIM

**AS PRÁTICAS RELIGIOSAS
E A DIVERSIDADE DE CRENÇAS**

**Vitória
2015**

CRISTINA BARBOSA BENJAMIM

AS PRÁTICAS RELIGIOSAS E A DIVERSIDADE DE CRENÇAS

Dissertação apresentada no curso de Graduação em Serviço Social da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Serviço Social.

Orientador: Prof. Pedro José Bussinger

**Vitória
2015**

CRISTINA BARBOSA BENJAMIM

**AS PRÁTICAS RELIGIOSAS
E A DIVERSIDADE DE CRENÇAS**

Dissertação apresentada no curso de Graduação em Serviço Social da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Serviço Social.

Aprovada em ____ de Dezembro de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA

Mestre Pedro José Bussinger

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória - EMESCAM
Orientador

Mestre Bruno Alves de Souza Toledo

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória - EMESCAM

Mestre Glaucia Salles Xavier

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória - EMESCAM

Dedico esta conquista à Loraine Ferreira pelo caminhar junto nesse momento ímpar da minha vida.

Agradeço a todos que de alguma forma dedicaram atenção ao meu processo de desenvolvimento profissional e acadêmico.

“Todas as religiões prometem uma recompensa...
pela excelência de propósitos ou do coração, mas
nenhuma pela excelência do cérebro ou do
discernimento.” (Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Em busca de entender se há preconceito religioso no meio profissional do Serviço Social, é realizada pesquisa no contexto social de igrejas cristãs, mais especificamente no âmbito de seus projetos sociais, a fim de entender se esse profissional atua em seu campo de trabalho com base nos preconceitos pessoalmente enraizados pela religião diferente da sua. Para melhor entendimento dessas questões, é utilizado o conhecimento teórico sobre as diversidades pelo viés cultural e em seguida religioso, com breve relato da formação das principais religiões cristãs: a Judaica, a Católica e a Protestante. Nesta última, estabeleceu-se o estudo referente às Igrejas Luterana, Presbiteriana e Metodista, as quais tiveram seus dirigentes e líderes entrevistados em campo, a fim de obter respostas mais condizentes com a realidade local daquelas comunidades. Para complementação, mas não menos importante, teorizam-se, também, a atividade e a profissão do Serviço Social, com base em seu Código de Ética e demais instrumentos que delimitam a importância da imparcialidade em sua atuação, uma vez que este profissional é um agente responsável por levar à sociedade a clareza do sentido de seus direitos sociais, e também para auxiliar que esses direitos sejam exercidos. Após a constatação da ausência de profissionais do Serviço Social nos projetos ligados às Igrejas pesquisadas, observa-se a tendência ao preconceito dos agentes principais dessas Instituições, neste caso, formadores de opinião, os quais não consegue atuar totalmente de forma imparcial quanto às religiões espíritas e de origem africana. De formas diferentes, a não aceitação da diversidade religiosa é explícita tanto no discurso quanto na atuação direta desses agentes.

Palavras-chave: Preconceito; Religião; Assistente Social; Diversidade.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	A senhora/senhor conhece outros tipos de religiões praticadas no Brasil?	
Gráfico 2 -	A senhora/senhor acha que existe preconceito religioso no Brasil?	
Gráfico 3 -	Você já foi vítima de preconceito religioso?	
Gráfico 4 -	Sua Igreja desenvolve ou mantém algum projeto social?	
Gráfico 5 -	Existe algum critério que desqualifique a inserção de alguém nesse projeto? Só membros da Igreja participam?.....	
Gráfico 6 -	Sua atuação na Igreja interfere na sua convivência social, profissional ou familiar?	

SUMÁRIO

1 INTRODUCAO	08
2 A QUESTÃO DAS DIVERSIDADES	11
2.1 CULTURA	11
2.1.1 Etnocentrismo	13
2.1.1 Relativismo Cultural	14
2.2 A RELIGIÃO E SUAS VARIÁVEIS	14
2.2.1 Teorias da Religião	16
2.2.1 Críticas à Religião	17
3 UMA SÍNTESE DAS RELIGIÕES CRISTÃS	19
3.1 O JUDAÍSMO	19
3.2 O CATOLICISMO	21
3.3 O PROTESTANTISMO	23
3.3.1 Igreja Luterana	23
3.3.2 Igreja Presbiteriana	25
3.3.3 Igreja Metodista	25
3.4 AS INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS NO BRASIL	26
4 O SERVIÇO SOCIAL E A ATIVIDADE PROFISSIONAL	29
4.1 O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO DA DIVERSIDADE RELIGIOSA	32
4.2 O SERVIÇO SOCIAL E A PREMISSE DE IMPARCIALIDADE.....	33
4.3 OS DIREITOS CIVIS	35
4.4 OS DIREITOS HUMANOS	36
5 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	48
ANEXOS	50

1 INTRODUÇÃO

O curso de Serviço Social no Código de Ética, o qual regulamenta a profissão através da Lei 8.662/93 em seus princípios básicos encontra-se descrito, no artigo XI:

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Partindo desde pressuposto, o exercício da função laboral deste profissional tem que ser pautado pelo respeito às peculiaridades individuais e à subjetividade do usuário, não permitindo a este sofrer qualquer tipo de discriminação do poder público e da sociedade de maneira geral tendo do Assistente Social a garantia de uma atuação que não deve ser obstruída por suas convicções religiosas ou qualquer outra.

O embasamento teórico deste profissional lhe garante uma visão de mundo diferenciada de outras categorias profissionais que visam só o imediato. Ao Assistente Social é determinado conhecer o sujeito, o seu entorno, sua família, suas condições de vida, sua realidade social para que possa ultrapassar o imediato e orientar de maneira eficaz o usuário das políticas públicas, para que este saiba onde buscar a garantia de seus direitos individuais e sociais e nesta busca encontre valores fundamentais como a liberdade e a justiça social, o desenvolvimento pleno da cidadania, da autonomia e autogestão social.

A nossa sociedade, rica em sua etnia, visão política, social e religiosa é também desigual e injusta, sobressaindo-se às expressões da questão social, objeto de trabalho do Assistente Social, que no decorrer do seu processo acadêmico aprende a desconstruir conceitos formados ao longo de sua vida e que os faz questionar as suas atitudes como seres humanos e o papel que representa, ao mesmo tempo que aprende a construir as dimensões do fazer profissional que são: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que lhe permite uma articulação entre a teoria e a prática, fazendo-o enxergar a realidade social de forma clara possibilitando diversas formas de intervenção. Esse processo de conhecimento é contínuo, não se encerra no âmbito da academia, se aprimora sempre por constatar uma mudança

constante de perspectivas no atendimento às novas necessidades da população que a cada dia se conscientiza dos seus direitos através da atuação deste profissional.

A intolerância é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas direcionadas a crenças e religiões de outrem, podendo, em casos extremos, tornar-se uma perseguição e um crime de ódio, que fere a liberdade e a dignidade humana, costuma ser caracterizada pela ofensa, discriminação e até mesmo atos contra à vida de um determinado grupo que comungam determinadas crenças.

A liberdade de expressão e de culto é assegurada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal, além disso, também na Constituição Federal é garantido o tratamento igualitário a todos os seres humanos, quaisquer que sejam suas crenças. Estando, dessa maneira, a liberdade religiosa protegida e não deve ser desrespeitada.

Diferente de intolerância é a crítica religiosa. O direito de criticar dogmas e encaminhamentos de uma religião é assegurado pela liberdade de opinião e expressão. Todavia, deve-se primar pelo respeito ao grupo religioso a que é direcionada a crítica. Como há muita influência religiosa na vida político-social brasileira, as críticas às religiões são comuns. Essas críticas são essenciais ao exercício de debate democrático.

Partindo dessa lógica, este estudo objetivou a observação da garantia de direitos e de liberdade religiosa assegurada por nossa lei maior, a Constituição, onde se encontra descrito já em seu preâmbulo:

... um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, ...
(Constituição da República Federativa do Brasil – Edição Administrativa: Senado Federal – Impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações)

A constatação de um forte preconceito religioso, no próprio ambiente acadêmico, em que graduandos em Serviço Social comentam e questionam sem imparcialidade as representações religiosas alheias, foi a principal motivação do desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que entende-se que, definitivamente, o ser social precisa ser separado do agente social neste caso, para que a atuação desse profissional seja feita da maneira mais imparcial possível.

Diante disso, o objetivo inicial desta pesquisa era investigar se há realmente o preconceito religioso dos Assistentes Sociais em suas atuações profissionais, mas diante da ausência deste profissional nas Instituições escolhidas delimitadas por entender a necessidade da atuação do Assistente Social no grupo pesquisado, sabendo da relevância que permeia este tema, entendi a importância da busca por identificar a existência do preconceito na nossa sociedade e decidi que a pesquisa seria feita com pessoas envolvidas com Projetos Sociais vinculados às Instituições Religiosas Cristãs citadas no Desenvolvimento deste estudo, pastores e membros.

Para a busca dessa resposta, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica e documental contendo conceitos e origem sobre os temas e em seguida uma pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas (Anexo I) aos envolvidos, considerando o grupo acima citado.

2 A QUESTÃO DAS DIVERSIDADES

2.1 CULTURA

Para os antropólogos de um modo geral, cultura é o conceito básico de sua ciência, a Antropologia:

“Cultura, vinda do verbo latino colere, que tem o sentido de “cultivar”, “criar”, “toma conta” e “cuidar, significava, na antiguidade romana, o cuidado do homem com a natureza – donde agricultura tinha o sentido também de “cuidado dos homens com os deuses” – a palavra culto para se referir aos ritos religiosos –, e o “cuidado com a alma e o corpo das crianças”, com sua educação e formação – a palavra puericultura (em latim, puer significa “menino” e puera, “menina”). Nessa última acepção, cultura era o cultivo ou educação do espírito das crianças para tornarem-se membros excelentes ou virtuosos da sociedade pelo aperfeiçoamento e refinamento das qualidades naturais (caráter, índole, temperamento). Com esse sentido, cultura correspondia ao que os gregos clamavam de Paidéia, a formação ou educação do corpo e do espírito dos membros da sociedade (de Paidéia vem a palavra pedagogia)”.(apud CHAUI, 2005 p.242)

Em muitas situações, cultura é empregada pra determinar o grau de desenvolvimento do indivíduo através da instrução ou educação. Assim, uma pessoa culta é aquela que tenha adquirido domínio no campo intelectual, e diferente desta, inculta quem não passou pelo processo de instrução.

Na antropologia os termos culto e inculto não são usados da forma como entendemos, os estudiosos desta ciência não fazem juízo de valor sobre as culturas, pois não as consideram nem melhores nem piores entre si, apenas diferentes em relação a tecnologia ou integração dos seus membros. Todas as sociedades possuem cultura.

Historicamente o conceito de cultura vem sendo elaborado por vários antropólogos com enfoques diferentes a cada época, chegando ao número de 160 definições.

Para Edward B. Tylor (1871 apud MARCONI, 2007): “Cultura... é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes

e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Este conceito por englobar todos os acontecimentos relativos ao homem prevaleceu por várias décadas. À medida que estudos antropológicos das populações são realizados, verificam-se padrões de comportamento que os identificam.

Leslie A. White (1959 apud MARCONI, 2007) diferenciou comportamento de cultura, dizendo que comportamento independe de simbolismos e cultura sim, colocando estes termos em ciências diferentes, comportamento na Psicologia e cultura na Antropologia. Em 1973, Clifford Geertz (apud MARCONI, 2007) conceituou: “a cultura deve ser vista como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instituições – para governar o comportamento”. Pode ser analisada sob vários enfoques: ideias, crenças, valores, normas, atitudes, padrões de conduta, abstração do comportamento, instituições, técnicas e artefatos. Ordenando padrões de conduta social condicionadas a normas, embora cada indivíduo tenha na sua subjetividade um caráter exclusivo. O padrão forma-se pela repetição contínua. (MARCONI, 2007, P. 21, 22)

Variando no tempo, no espaço e em sua essência, a cultura é vista por uns como ideia, por outros como abstrações do comportamento, outros ainda a vêem como comportamento, e um no final como mecanismo de controle. Essas divergências nos permitem conceituá-la com enfoques diversos. Para explanar esse pensamento de maneira clara, utilizaremos a cruz como exemplo, pois com esta é possível representarmos todos os enfoques dado a cultura: pode ser uma ideia, quando a imagem se formula na mente; pode ser uma abstração do comportamento, quando representa o símbolo dos cristãos; comportamento, quando os católicos fazem o sinal da cruz em seus rituais; e como mecanismo de controle quando a igreja a usa para afastar o demônio ou obter a reverência de seus seguidores.

Para Marx, a cultura é o modo como, em condições não escolhidas pelos homens, o trabalho é produzido lhes dando sentido a existência, imprimindo a definição de propriedade e a divisão social de classes. “As diferentes formações sociais são determinadas pelo modo de produção e de reprodução da vida material dos homens”. (apud CHAUÍ, 2007, p.249).

A evolução psicobiológica permitiu ao ser humano conquistas complexas no mundo cultural, promovendo o seu desenvolvimento, lhe capacitando a criar e acumular experiências.

Assim como o conhecimento, as normas, as crenças, valores e símbolos, a religião é um aspecto da cultura, e é considerada a sua representação mais antiga estando presente em todos os povos a partir do momento que descobrimos que somos humanos no nosso despertar da consciência nos diferenciando dos outros seres da natureza.

2.1.1 Etnocentrismo

“O etnocentrismo é uma avaliação pautada em juízos de valor daquilo que é considerado diferente.” (RIBEIRO, 2015)

A cultura é fundamental no que tange os valores de mundo para nossa constituição individual seja ela religiosa, política ou social, nos limitar desconhecendo ou depreciando as culturas de outros povos pode estreitar a nossa visão. O etnocentrismo trata da forma de ver a cultura do outro como algo sem valor, ou seja, desconsidera-se outra cultura, limitando-se ao seu referencial cultural.

Atitudes diárias da nossa sociedade relacionadas a comidas, vestimentas, etc., podem ser consideradas exóticas em outra parte do mundo e vice-versa. Precisamos, portanto, aprender a lidar com as diferenças para se evitar conflitos, pois, quando há um choque cultural entre pessoas, cada uma tende a favorecer a sua em detrimento da do outro. (RIBEIRO, 2015)

Uma visão etnocêntrica e preconceituosa é gerada quando tomamos conhecimento do outro sem aceitar sua maneira de pensar e seus hábitos. O etnocentrismo está entre as principais causas da intolerância e caminha contra o processo de integração entre pessoas que não comungam as mesmas religiões. A reflexão constante é necessária para privarmos por um objetivo maior, o convívio harmonioso e a valorização da vida entre todas as pessoas. (RIBEIRO, 2015)

Marconi (2007) relata que o etnocentrismo pode ser manifestado de forma negativa na discriminação, no proselitismo, na violência física e verbal. E apresenta um aspecto positivo na valorização do grupo favorecendo a integração de seus componentes.

2.1.2 Relativismo cultural

De acordo com Marconi (2007), o processo de endoculturação condiciona o indivíduo a um modo de vida específico e particular, adquirindo seu sistema de valores e integridade cultural. Todos os povos julgam os modos de vida diferentes dos seus, portanto, as avaliações de valores devem relacionar a cultura onde surge, e não devem ser absolutas. Ou seja, um costume pode ser aceito em determinado ambiente e não necessariamente em outro.

2.2 A RELIGIÃO E SUAS VARIÁVEIS

A religião é um aspecto universal da cultura, e em todas as culturas estudadas, desperta o interesse dos cientistas desde o século anterior, sobressaem-se um conjunto de crenças em poderes sobrenaturais desenvolvidas com o intuito de prevenção ao inesperado.

Palavra que vem do latim *religio*, formada pelo prefixo *re* (“outra vez, de novo”) e o verbo *ligare* (“ligar, unir, vincular”). A religião liga a natureza e tudo que nela se insere à divindade e/ou sobrenatural (apud MARCONI, 2007). Esta ligação é simbolizada em várias culturas no momento de sua formação enquanto grupo delimitando um espaço novo.

O comportamento religioso se baseia nas incertezas do universo não submetido a tecnologia, variam de um povo para o outro e são representadas através da oração, oferenda, sacrifício, canto, dança, etc.. Os registros mais antigos sobre religião datam do Paleolítico Superior, com o homem de Neandertal que demonstravam sua

crença no sobrenatural enterrando seus mortos com oferendas. (MARCONI, 2007, p. 151) Conceitos diversos foram formulados sobre religião:

A definição mais curta e mais antiga que se tem conhecimento é de Edward Tylor: “a crença em seres espirituais”. (apud Mair, 1972:201, apud MARCONI, 2007, p. 151). “Crença em seres sobrenaturais cujas ações relativas ao homem podem ser influenciadas e até dirigidas”. (Beals e Hoijer, 1969:589 apud MARCONI, 2007, p. 152). “Crença em seres sobrenaturais e os consequentes modo e comportamento, em virtude dessa crença”. (Hoebel e Frost 1981:452 apud MARCONI, 2007, p.152)

Não se trata de um fato isolado na construção das sociedades e está ligado à organização social, econômica, política e as atividades de lazer.

Marilena Chaui em seu livro *Convite à Filosofia* descreve uma sequência de fatos ligando cultura a religião. A cultura surge quando há transformações pelo trabalho, o trabalho é a produção dos objetos inexistentes na natureza e organizam homens e mulheres, adultos e crianças em sua realização, para aumentar a produção instituem as relações de parentesco, para a proteção inventam armas e a guerra, por fim, para que as condições lhes sejam favoráveis, invocam os deuses instituindo a religião. Dos crentes ela exige a fé, confiança na atuação da divindade. A religião não é saber, é crença. (CHAUÍ, 2005)

Crença ou fé é o sentimento de respeito, submissão, reverência, confiança e de temor em relação ao desconhecido. É o desejo de aceitar o misterioso sem prova tangível reconhecendo e aceitando a superioridade do sobrenatural ou sobre-humano. Tudo que foge aos sentidos do homem é compreendido como sobrenatural, está acima das leis naturais ou físicas e não há como comprová-lo científica ou mecanicamente.

Constituem-se uma variedade muito grande de atores sobrenaturais imaginados pelo homem, como os seres (deuses, anjos, santos, demônios, fadas, etc. Residem em lugares diversos, céu, inferno, montanhas, florestas, etc.), entidades (espíritos, almas), forças (Espírito Santo, mana. Encontram-se no universo, mas invisível ao olhar) e a alma dos mortos e/ou espectros (liberadas dos corpos dos mortos, podem ser boas ou más, permanecem no entorno de seus entes). São cultuados em atos

de veneração e se manifestam em conjuntos de crenças, rituais e divindades, associados a objetos e lugares específicos. Os rituais consistem em atos religiosos, como cantar, dançar, rezar, ofertar coisas ou fazer sacrifícios e está dividido em três formas: oração ou prece (invocação oral direcionada a seres sobrenaturais), oferenda (oferta aos seres sobrenaturais) e manifestações (atos rítmicos acompanhadas de canto e dança).

As manifestações religiosas são realizadas em templos ou santuários, construção considerada sagrada por seus adeptos. São consideradas moradia dos deuses e é composto por um ou vários sacerdotes que se encarregam das cerimônias.

De acordo com Keesing (1961:494 apud MARCONI, 2007, p. 160) a religião tem duas funções básicas: explanatória, quando responde aos porquês da existência humana e interpenetrativa, quando interpreta e valoriza o comportamento humano ligando a família, lazer, estética segurança, etc..

De maneira geral, a religião reforça os valores culturais intervindo na ética e na moral da sociedade, lhe inculcando um poder coercitivo em um padrão de comportamento. Ajuda na transmissão de conhecimento através da repetição dos rituais e cerimônias dramatizadas. (MARCONI, 2007, p. 160)

2.2.1 Teorias da Religião

São classificadas por sua origem em teoria psicológica e teoria sociológica.

As teorias psicológicas são assim denominadas por explicar religião tendo como base os sentimentos. E se caracterizam: em mito natural (cronologicamente foi a primeira a ser conceituada, e sua base a tendência em venerar os fenômenos da natureza, sol, lua, estrelas, etc..); animismo (crença em seres espirituais); animatismo (crença em atributos essenciais dos vegetais, animais ou pessoas que apresentam uma capacidade superior aos demais; manismo (culto aos mortos); magia (crença em forças desconhecidas acima do homem e totemismo (adoração a natureza).

As teorias sociológicas disseminadas especialmente por R. Smith e Durkheim, vêem a religião como um fenômeno social e as descreve como sagrado (incomum, extraordinário, sobrenatural e denota medo, circunspeção do desconhecido) e profano (implica em aceitação do comum, do conhecido).

Hoje se busca uma aproximação entre as duas abordagens, psicológica e sociológica, numa tentativa de formulação de uma teoria central.(MARCONI, 2007, p. 161)

2.2.2 Críticas à Religião

Os filósofos pré-socráticos foram os primeiros a criticarem a religião, e sua crítica se referia ao politeísmo (a pluralidade dos deuses, de acordo com a razão é absurda, pois a essência da divindade é a plenitude infinita não podendo assim haver mais de uma potência divina) e o antropomorfismo (que atribui aos deuses qualidades humanas).

O grego Épicuro e anos depois o latino Lucrécio afirmam tratar a religião de fabulação ilusória, que nasce do medo da morte e do incomum. Essa afirmação, no século XVI é denominada de superstição pelos pensadores chamados a época de libertinos.

No século XVII, Espinosa descreve a superstição o julgamento dos males e bens a forças caprichosas, como a sorte e a fortuna e a criação da religião é um meio de alimentá-la e de domínio dos homens sobre outros homens, instituindo assim o poder teológico-político, ou em outras palavras, uma política dirigida e comandada pelos detentores do poder da igreja. Fazendo crer que as leis políticas são de ordem divina e revelada apenas a alguns com o direito a dominar os demais. Nascida do medo, a religião está a serviço da tirania. (CHAUI, 2005)

Feuerbach criticou a religião como alienação. Os seres humanos criam os deuses, dão-lhes força e poder e passam a concebê-los como governantes da realidade, se esquecendo que foram os criadores dessa divindade, tornando-os onipotentes,

oniscientes e cada vez mais distantes dos seres humanos, invertendo a posição de criadores a criaturas. A alienação consiste nesse processo de não se reconhecer no produto de sua própria criação transformando esta divindade distante, dominador e poderoso. Esta afirmação foi retomada por Marx ao dizer: “A religião é o ópio do povo”, referindo-se ao poder que a religião tem em amortecer a combatividade das causas da miséria dos oprimidos e explorados, lhes prometendo uma vida futura feliz e em outro mundo. (CHAUI, 2005)

A religião ou sua prática modifica a visão e o comportamento das pessoas no dia-a-dia, supondo nisto uma verdade, esta interferência ultrapassa a vida social e perpassa pelos conceitos funcionais das práticas laborais.

3 UMA SÍNTESE DAS RELIGIÕES CRISTÃS

Devido à diversidade religiosa no mundo, foi necessário estabelecer limites para esta pesquisa, ficando assim a análise voltada para as religiões de origem cristã, mais especificamente o Judaísmo, o Catolicismo e o Protestantismo. Na vertente do Protestantismo, também se estipulou o âmbito a ser estudado, dada as inúmeras denominações que existem e que surgem constantemente. Serão citadas a seguir as Igrejas Luterana, Presbiteriana e Metodista.

De acordo com o historiador Martin Marty, após dois milênios da morte de Jesus Cristo, dois bilhões de pessoas, divididas em 38 mil denominações, consignam em seu nome a sua fé e estas pessoas lhe depositam esperanças propagando mundialmente a visão desse Deus-Homem, dando ao cristianismo seu caráter e forças distintivos. Em uma carta de Paulo, Jesus é descrito como: “escândalo para os judeus, loucura para os pagãos” (I Coríntios 1:23, apud Marty, Martin, 2014 p.10), significando assim, que para todos ele era um problema, em sua interação do divino e do humano. Em seu nome parábolas e contos foram narrados, dogmas criados, guerras fomentadas e atos de impiedade e injustiça defendidos. A época do nascimento de Jesus, como Dreher (2013) cita em seu livro, que o Império romano por ter pessoas advindas de povos diferentes, permitia a diversidade de crença, sendo proibidas as seitas que faziam sacrifícios humanos e orgias. Jesus nasceu em ambiente dominado por Roma e com as ideias helênicas predominantes, o que permitia uma uniformidade cultural, que provocaram depois de um tempo de domínio, uma mudança sobre a religião com a proibição de varias seitas as tornando cultos escondidos; nesse panorama nasce o cristianismo.

3.1 O JUDAÍSMO

Jesus Cristo e seus primeiros seguidores eram judeus, sua formação religiosa advinha das Escrituras Hebraicas, chamado posteriormente de Velho Testamento. As duas crenças, o judaísmo e o cristianismo, portanto apoiavam-se nesse princípio comum. Diante do surgimento de Jesus como o Messias e libertador de Israel, os

judeus que não o viam desta forma o expulsaram e a seus seguidores de suas sinagogas e os perseguiram, estabelecendo a separação.

As narrativas da história de Jesus foram escritas por discípulos, chamados de disseminadores do evangelho, 12 ao todo, simbolizando as 12 tribos de Israel. Mateus, Marcos, Lucas e João denominaram os quatro livros do evangelho, chamados posteriormente como o Novo Testamento. São narrativas daquilo que a comunidade cristã prezava e queria preservar, mas cada um enfatizou um aspecto da vida de Jesus. Lucas, por exemplo, deu atenção aos que eram marginalizados na época, incluindo mulheres e crianças. Em seus textos, Jesus estava sempre em companhia dos doutores e dos desvalidos, em especial os leprosos e aleijados.

Para a maioria dos seguidores do cristianismo, as narrativas contidas nos quatro evangelhos, textos feitos do que se chama de “impressões da memória, lhes impulsionam a fé. Eventos como: revolta dos romanos contra os judeus, sitiando a cidade e destruindo o Templo, centro de adoração judaica, lhe moldaram a escrita, refletindo as palavras de Jesus sobre morte, destruição, perseguição e a previsão do fim dos tempos.

Mas a reverencia que se dá aos Evangelhos é por seu conteúdo sobre o nascimento, a vida e a morte de Jesus, mas principalmente sobre sua ressurreição. Jesus pregava a não violência, a amar os inimigos, era rigoroso e conciliador ao mesmo tempo. Seu comportamento ofendia por estar em companhia dos mau vistos como coletores de impostos, prostitutas, sírios, samaritanos e soldados romanos, ou seja, os considerados a margem da sociedade. Jesus dirigiu-se ao mundo indicando o reverso do censo comum. Os “judeus” o viam como um desafiante às suas verdades, mas a única bíblia de Jesus era as escrituras judaicas.

Após o advento do cristianismo, os judeus levaram para muitas partes do Império Romano a sua fé quando migraram, anunciando “uma luz para as nações”, mas tratava-se de uma fé para um povo escolhido.

Dreher(2013) fala do cristianismo como uma religião vinda para os aflitos, possibilitando a seus seguidores acreditarem numa mudança social já que a

pregação de Jesus condenava a riqueza e a nobreza sacerdotal, assim como o domínio do homem sobre a mulher.

3.2 O CATOLICISMO

De acordo com o Martin Marty, a expansão do cristianismo se deu após a perseguição e morte do seu fundador Jesus Cristo, por conta de dois personagens inicialmente, Pedro que se tornou, dos apóstolos, o primeiro responsável por difundir os ensinamentos do seu mestre e posteriormente, durante o auge da civilização romana, Paulo teve fundamental importância para a expansão da filosofia cristã e sua influência fez com que a religião se desenvolvesse entre os romanos, pois os cultos cristãos eram proibidos em Roma e, nessa época, a grande maioria da população romana era pagã. Os cristãos sofreram perseguições em Roma, onde foram torturados, empalados e hostilizados nas arenas durante espetáculos públicos.

A partir do ano de 313, o imperador Constantino deu liberdade de culto aos cristãos e o cristianismo passou a agregar novos adeptos em Roma, mas só tornou a religião oficial do Império Romano em 390, instituído pelo imperador Teodósio.

Para evitar a crise e a decadência do Império Romano, o imperador Constantino, dividiu o império em duas partes: a ocidental, com a capital em Roma, e a parte oriental, com a capital em Constantinopla.

Com o passar dos séculos, firmaram-se grandes diferenças entre a Igreja bizantina e a Igreja romana, culminando no primeiro Cisma do Oriente em 1054. As principais consequências dessa falta de acordo ocorreram por divergências políticas entre os romanos e bizantinos. O papa resistiu às tentativas de domínio do imperador bizantino e os bizantinos não aceitavam a figura do papa como chefe de todos os cristãos. Eles divergiam também em relação aos dogmas da igreja, aos dias santificados e sobre os direitos do clero.

Após as invasões dos povos germânicos e com a decadência do Império Romano, a Igreja aliou-se aos bárbaros, cristianizando-os, dominando e conquistando os vastos

territórios ocidentais do Império Romano. As principais alianças se deram com os francos e, posteriormente, com o Império Carolíngio. Propuseram-se assim a reconstruir a magnitude do Império Romano do Ocidente, o chamado Sacro Império Romano Germânico.

Foi na Idade Média que a Igreja Católica se confirmou como uma das maiores instituições religiosas e políticas do mundo ocidental. Tornando-se proprietária de terras e das grandes bibliotecas medievais. Os estudos filosóficos ocorriam quase sempre nos mosteiros medievais. E foi nesse período, que surgiram os monges que reproduziam exemplares da Bíblia e as Cruzadas.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica, para efetivar seu poder político, instalou a Santa Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício. As pessoas que questionassem a Igreja eram acusadas de heresia, membros do clero as interrogavam e estas podiam ser torturadas ou queimadas nas fogueiras. Acreditavam estar libertando as almas dos hereges, o corpo pereceria, mas a alma estaria salva. Com essas justificativas, torturaram e mataram um grande número de pessoas.

No século XVI, Martinho Lutero e João Calvino, monges pertencentes à Igreja Católica, iniciaram tentativas de reformas na doutrina católica solicitando mudanças nos ritos católicos, como a cobrança de indulgências, a usura, entre outros.

Esse movimento de reforma alcançou uma dimensão que os monges não haviam planejado, mas, foi decisiva por contestar os ritos católicos, fundando o gérmen da Igreja Protestante.

A Igreja Católica também se difundiu através da catequização dos indígenas no período das Grandes Navegações Marítimas Europeias, sendo isto um dos motivos para o empreendimento marítimo europeu a partir do século XV.

Atualmente, a sede da Igreja Católica se encontra no Estado do Vaticano, criado em 1929 pelo Tratado de Latrão, especialmente para sediar e abrigar o alto clero da Igreja – entre eles, o papa.

3.3 O PROTESTANTISMO

Na Igreja, dois sistemas teológicos se afrontavam: o tomismo, corrente assumida pela cúpula romano-papal que via nas boas obras e no livre-arbítrio a salvação e a teologia agostiniana, fundada no princípio da salvação pela fé e predestinação. A desmoralização do clero se tornou um ingrediente poderoso para a crise religiosa que se desenhava. As contradições entre as pregações moralizadoras e os abusos de poder, condenavam o lucro e praticavam desenfreadamente, desrespeitavam o celibato, comercializavam bens e cargos eclesiásticos, vendiam garantia de privilégios e indulgências, sendo esta o maior escândalo dos atos cometidos pelo alto e baixo clero da Igreja.

O processo de rompimento teve início na Alemanha, região do Sacro Império Romano-Germânico. Um país feudal, agrário e com alguns enclaves mercantis. A Igreja no Sacro Império possuía cerca um terço do total de terras sendo assim muito poderosa. A nobreza alemã cobiçava as propriedades e a influência da Igreja e por esta razão ansiava para a diminuição de seu poder estimulando o rompimento.

Na Inglaterra, o rei Henrique VIII com o pretexto de anular seu casamento com Catarina de Aragão para casar com Ana Bolena rompeu com o papa publicando em 1534 o Ato de Supremacia, criando a Igreja Anglicana da qual era o seu líder. Foi excomungado pelo papa e por isto confiscou os bens dos membros da Igreja. Assemelha-se com a Igreja Católica por manter o clero e as imagens, mas em conteúdo aproxima-se do calvinismo. Serviu aos interesses do rei e da burguesia.

A Reforma protestante aconteceu na Suíça com Ulrich Zwinglio em 1529 que após propagar as ideias de Lutero, desencadeou uma guerra civil vitimando-o.

3.3.1 Igreja Luterana

Em 1517, Martim Lutero, membro do clero e professor da Universidade de Wittenberg, crítico e pregador da teoria agostiniana da predestinação, insurgiu-se contra a venda de indulgências escrevendo um documento que expunha as suas

críticas à Igreja e ao papa, conhecido como “As 95 teses”. Em 1520 Leão X, redigiu uma bula em que exigiu sua retratação e o ameaçou de excomunhão, este documento foi queimado em público por Lutero, estabelecendo uma crise política e dividindo a nobreza alemã que na sua maioria ficou contra o papa.

No ano de 1521 o monge foi considerado herege por uma assembleia convocada pelo imperador Carlos V denominada de Dieta de Worms.

Lutero, com o apoio de parte da nobreza, passou a traduzir a bíblia do latim para o alemão e desenvolver os princípios da nova corrente religiosa. Em 1530, a Confissão de Augsburgo fundamentou a doutrina luterana, que em seu conteúdo incluía:

- “o principio da salvação pela fé, rejeitando o tomismo;
- a livre leitura da Bíblia, vista como único dogma da nova religião;
- a supressão do clero regular, do celibato clerical e das imagens religiosas;
- a manutenção de apenas dois sacramentos: batismo e eucaristia;
- a utilização do alemão, em lugar do latim, nos cultos religiosos;
- a negação da transsubstituição (transformação de pão e vinho no corpo e sangue de Cristo), aceitando-se a consubstanciação (pão e vinho representam o corpo de Cristo);
- submissão da Igreja ao Estado.” (VICENTINO, Cláudio – História para o ensino médio: História Geral e do Brasil/ Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – Ed. Atual – São Paulo: Scipione, 2008

Ao submeter a Igreja ao Estado Lutero ampliou o apoio a nova doutrina. Em 1529, a assembleia de nobres e o imperador Carlos V na Dieta de Spira tentou restringir a sua expansão. Após guerras religiosas que se seguiram até 1555, pela Paz de Augsburgo, estabelece-se que o governante escolhe sua religião e a dos seus súditos.

3.3.2 Igreja Presbiteriana

De acordo com Dreher (2013), o francês João Calvino foi o teólogo que mais influenciou o protestantismo após Lutero, sua obra, *As Institutas da Religião Cristã*, tornou-se o compêndio doutrinário entre seus seguidores, ele fundou uma nova corrente religiosa baseada nas ideias de Lutero e com o princípio da predestinação absoluta, segundo a qual todos os homens estão sujeitos a vontade de Deus e apenas alguns à salvação eterna. O trabalho dedicado, a temperança, a ordem e a parcimônia seriam sinônimos de uma vida plena e sinal de graça divina. Exaltando características individuais necessárias ao comércio aproximando dos valores capitalistas. Suas ideias também influenciaram a formação de importantes segmentos sociais na Suíça, Holanda, Escócia e Estados Unidos.

Calvino, assim como Lutero, considerava a Bíblia a base da sua doutrina. Critica o culto às imagens e manteve os sacramentos da eucaristia e do batismo não sendo necessário um clero regular.

Por atender às expectativas da burguesia, expandiu-se rapidamente por toda a Europa. Na Escócia, foi divulgada por John Knox onde seus seguidores receberam o nome de presbiterianos, diferente da França que eram chamados de huguenotes e na Inglaterra que se denominavam puritanos. Segundo Dreher(2013), Calvino não estudou Teologia e sim Lógica, Dialética e Metafísica, elementos que o auxiliaram no estudo teológico autodidata. Faleceu aos 55 anos e foi atendido em seu desejo, ser sepultado sem testemunhas, sem cerimônias e em local desconhecido, para somente a glória de Deus ser evidenciada, procedimento correspondente a sua teologia.

3.3.3 Igreja Metodista

Surgiu na Inglaterra no ano de 1730 como um movimento fruto da reflexão de um grupo de amigos, religiosos e bem instruídos, alunos da Universidade de Oxford, entre eles João Wesley, seu irmão Carlos, William Morgan e Bob Kirkham, organizando uma pequena sociedade chamada “CLUBE SANTO”, inconformados

com a situação de exclusão socioeconômica de seu país e com questões da espiritualidade da Igreja oficial Anglicana Episcopal. Ensinavam os órfãos, visitavam os presos, cuidavam dos pobres e idosos e com isto foram chamados, pela primeira vez, de "metodistas". Nome decorrente da forma metódica e disciplinada que desenvolviam suas atividades cristãs. Wesley se considerava um ministro da Igreja Anglicana e não fazia parte de seus propósitos fundar uma nova Igreja, mas em 1784, o movimento se fortificou e migrou para os Estados Unidos, onde o metodismo cresceu tanto que se tornou necessário constituir uma Igreja, denominada Igreja Metodista Episcopal. No século XIX a Igreja Metodista chega ao Brasil, através de missionários. O seu carisma e cuidado com as pessoas na sua origem fizeram com que, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, o metodismo se fortalecesse. Especialmente no Brasil a propagação ocorreu com uma característica, simultaneamente a medida que implantaram os templos, fundaram escolas, desta forma divulgaram mais amplamente sua crença. Algumas dessas escolas se transformaram mais tarde em Universidades. Hoje no Brasil a Igreja mantém cerca de cinquenta Instituições de Ensino por todo o país. (História do Metodismo, Paul Eugene Buyers - 1945)

3.4 AS INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS NO BRASIL

O fenômeno religioso sempre esteve presente na história do Brasil, descreveremos quatro manifestações básicas deste fenômeno: a religião dos nativos, ou seja, dos índios, o catolicismo, trazido através da conquista do nosso território pelos portugueses; o culto africano, trazido pelos negros escravizados na comercialização da expansão marítima e o protestantismo, trazido por missionários da América do Norte e da Europa.

A primeira influência foi à europeia, já que a população do Brasil se constituía originalmente de índios que em termos culturais eram homogêneos, sendo, porém, de difícil análise por se tratar de costumes muito diferentes dos nossos e sobre os quais ainda existe muito preconceito. Segundo Fausto (2002), algumas das tribos aqui existentes praticavam o canibalismo em uma celebração de um ritual para obtenção de prestígio e mulheres. Os portugueses, ao chegarem, foram ao mesmo

tempo, respeitados, temidos e odiados, eram vistos pelos índios, principalmente os padres, como xamãs, que curavam, profetizavam e falavam da abundância de suas terras. Sofreram violência cultural, mas desse contato resultou uma população mestiça da sociedade brasileira.

Simultaneamente a conquista das terras do Brasil, foi à chegada de membros do clero católico. A presença da Igreja Católica se intensificou com a chegada dos jesuítas, dos franciscanos e dos carmelitas, formando vilas e cidades, com a missão principal de evangelizar os índios com cristianismo. Esse processo provocou o acultramento das populações indígenas forçando-os a uma disciplina dos preceitos cristãos europeus através de ações educacionais.

A relação entre Igreja Católica e o Estado se estreitaram cada vez mais no Brasil, pois, era de responsabilidade da Igreja a garantia da disciplina social; a execução de tarefas administrativas como o registro de nascimentos, mortes e casamentos, que depois passou a ser atribuição do Estado; a manutenção de hospitais, principalmente as Santas Casas.

A proclamação da República em 1889 separou formalmente o Estado e a Igreja Católica, mas sua presença permanece na existência das festas e feriados santos, como o São João, festejado principalmente no nordeste brasileiro e o feriado de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do país.

Após a influência europeia, recebemos em nosso país através da comercialização dos negros, a contribuição cultural africana. Com os africanos viajava também sua religião relativamente estranha aos colonizadores e que foi desenvolvida com o conhecimento dos seus sacerdotes que foram escravizados e trazidos da África para o Brasil, juntamente com seus Orixás, sua cultura, e seus dialetos, entre 1549 e 1888. E como escravo foi obrigado a se incorporar, quisesse ou não, a um novo tipo de sociedade baseada na família patriarcal.

Uma das características da religião africana que explica a sua influência são as festas. Nessas festas dos terreiros acontece algo aos sentidos dos participantes, algo que, não se encontra em religiões tradicionais, elitizadas e dominantes, no

sentido político dos termos. Atabaques, agogô e o xequerê são os instrumentos responsáveis pelos ritmos que reproduzem as modulações da língua africana ioruba. Essa música sai dos terreiros para o Carnaval e alcança milhões, revelando a amplitude de sua influência. Gilberto Freyre, no seu livro *Casa Grande & Senzala*, diz: “em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra”. (1988)

O protestantismo foi trazido para o Brasil pelos holandeses entre os anos de 1624 e 1625, tendo sido propagado principalmente entre os índios. Hoje sua influência pode ser percebida na Bancada Evangélica do Congresso Nacional, com a presença de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na sua presidência. Obrigando os brasileiros a mobilizar suas frentes da sociedade para evitar retrocessos como o Projeto de Lei 4.330, sobre a terceirização; a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos; a defender a padronização da família; contra os direitos dos segmentos LGBT e dos grupos de direitos humanos.

“Mais recentemente é o forte tradicionalismo moral que tem marcado a atuação da Frente Parlamentar Evangélica, que trouxe para si o mandato da defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e de homossexuais e dos grupos de direitos humanos, valendo-se de alianças até mesmo com parlamentares católicos, diálogo historicamente impensável no campo eclesiástico. Este discurso tem um apelo que atinge não só evangélicos mas também católicos e outros grupos sociais mais conservadores que nem são ligados à religião”. (Magali do Nascimento Cunha, da Universidade Metodista de São Paulo)

Vários grupos religiosos atuaram politicamente em nosso país, lutando pelas melhorias das condições de vida da população explorada do país, podemos citar como exemplos que surgiram ao longo da história brasileira, a Revolta de Canudos e os grupos ligados à Teologia da Libertação que formaram movimentos sociais, o MST entre eles.

4 O SERVIÇO SOCIAL E A ATIVIDADE PROFISSIONAL

O Serviço Social é uma profissão com estatuto jurídico reconhecido (Lei 8.669, de 17 de junho de 1993); seus agentes realizam estudos, investigações, pesquisas e produzem conhecimentos nas ciências sociais e humanas. Enquanto profissão, o Serviço Social se constitui como uma área de produção de conhecimentos, apoiada por agências públicas de pesquisa.

Para Gentili (2006) as políticas sociais se constituíram a partir do atendimento às necessidades da população desfavorecida referentes a fenômenos econômicos estruturais de classe e de sua absorção nos movimentos sociais para pressionar o Estado quanto aos seus direitos. Esta parte da população é alvo tanto do Estado quanto da classe dominante com o propósito de reprodução da força de trabalho e as políticas sociais são estabelecidas como estratégias para legitimidade da sua hegemonia. Oliveira (1998) afirma que “deve-se dizer que sem os Assistentes Sociais a criação e a invenção de Direitos no Brasil não teria conhecido os avanços que registra”. Essa afirmação nos leva as considerações elaboradas por Behring (2011), que Política Social é discutida como Projeto ético-político do Serviço Social, mesmo não sendo a categoria um grupo homogêneo, em relação a concepção de direitos, cidadania e política social, mas é indiscutível a participação deste profissional na construção e defesa dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, num país em que DIREITO não faz parte da vida de todos.

A religião foi a base propulsora do Serviço Social na sua origem dentro da Igreja católica e a discussão sobre este tema permanece relevante na proposição de intervenção profissional por ser a religião um direito fundamental, cabendo a este profissional o esclarecimento e a defesa dos direitos da população usuária das Políticas Públicas.

[...] é dos grupos religiosos que a profissão surge. No entanto, a afirmação desse “mito de origem” não garante, a princípio que ele se perpetue indefinidamente. Será preciso assim mostrar que fundamentos empíricos sustentam a reprodução dessa mediação na prática profissional e quais suas expressões de continuidade. (SIMÕES, 2005, p. 11).

Se na sua origem, o Serviço Social teve influência religiosa na sua atuação, as dimensões Ético-Política, Teórica-Metodológica e Técnico-Operativa da profissão determinam uma ruptura com esta ideologia conservadora do início da profissionalização influenciadas pelo processo histórico dos anos 1920/1930 e da metodologia de Mary Richmond, Serviço Social de Caso, com clara leitura da Doutrina Social da Igreja Católica.

No plano da produção de conhecimentos e concepções teóricas/metodológicas, a capacidade de propiciar a crítica das relações econômicas e sociais vigentes. A reforma curricular de 1982 teve todos os esforços direcionados à adequação da formação profissional, postas ao enfrentamento da “questão social” advindas da ditadura militar e as exigências intelectuais que a massa crítica em crescimento poderia aviltar. Ou seja, a formação desse profissional teria que capacitá-lo a responder com competência a todas as demandas da sociedade brasileira estabelecendo um novo perfil profissional (ABESS, 1993).

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la.

Desde que o Movimento de Reconceituação deu seus primeiros passos, o conservadorismo da profissão tornou-se objeto de problematização. No decorrer dos anos setenta aos oitenta, esta problematização coincidiu com a crise da ditadura do governo brasileiro sob a tutela militar a serviço do grande capital.

A partir da segunda metade dos anos setenta, a classe trabalhadora se reinseriu na cena política, por meio da mobilização dos operários da indústria de São Paulo. Consequentemente, a ditadura foi levada à negociação com a qual culminou na eleição indireta de Tancredo Neves e findou seu ciclo.

No início dos anos oitenta eclodiu as demandas democráticas e populares reprimidas por largo tempo. A mobilização da classe trabalhadora das cidades, com a força da organização sindical reestruturada; a conscientização dos trabalhadores

rurais através das suas entidades representativas; a entrada no cenário político dos movimentos populares e democráticos (estudantes, mulheres, associações de bairros, etc.); o envolvimento dos intelectuais; a participação de grupos ligados à Igreja católica e o papel progressista das instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), todo esse movimento e esses autores puseram em discussão a necessidade de transformações políticas e sociais e com isso o fim da ditadura militar. É neste momento histórico de luta pela democracia que se cria a oportunidade necessária para romper com o conservadorismo no Serviço Social, com a derrota da ditadura se consolidou a condição da profissão: a política, instituindo um novo projeto profissional (ABESS, 1993).

Sendo parte de um universo diverso, os profissionais discordaram no comportamento a partir daí. Mas os segmentos mais dinâmicos de profissionais no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979, conhecido como “o Congresso da virada”), mobilizaram-se na contestação política vinculando-se ao movimento dos trabalhadores e romperam com o conservadorismo, implantando na profissão o pluralismo político. Com essa organização surge a ABESS – depois renomeada ABEPSS – e, posteriormente, ao CFESS.

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política e as aspirações democráticas e populares, foram incorporadas pelas demandas dos profissionais de Serviço Social. Os projetos societários da profissão, pela primeira vez, se afastaram dos interesses das classes dominantes. No entanto a condição política não era suficiente para a constituição de um novo projeto profissional, outros componentes eram necessários.

É nos espaços da pós-graduação, após a Reforma Universitária e a consolidação do curso, nas décadas de setenta e oitenta, que se inicia e, nos anos seguintes, se consolida a produção de conhecimentos na área de Serviço Social permitindo revelar intelectuais respeitados no conjunto dos profissionais e em outras áreas do saber.

É com essa mudança curricular que foram resignificados novas áreas e campos de intervenção, uma dinâmica que está em curso até hoje, legitimada pela produção de conhecimentos e pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários das Políticas Públicas.

Ainda nos anos oitenta, consolidou-se estas conquistas com a formulação de um novo Código de Ética Profissional, instituído em 1986. Revisado, com o tema Ética, discutido profundamente e tendo sua conclusão na edição de 1993. Coroando o compromisso profissional com a classe trabalhadora.

Trata-se de um projeto em contínua reflexão. Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, daí o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, propondo a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. A dimensão política do projeto se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes menos abastadas.

4.1 O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO DA DIVERSIDADE RELIGIOSA

O Serviço Social no Brasil surge com a mobilização, pela igreja, do movimento católico leigo como um departamento especializado da Ação Social e do interesse da classe burguesa, com uma base social bem limitada, vinculado às famílias abastadas por meio de suas filhas com o objetivo de dinamizar sua missão política social junto às classes subalternas, particularmente junto às famílias da classe operária. Envolve a Igreja como Instituição Social de caráter religioso e na sua dinâmica dos antagonismos de classe, com um caráter assistencialista da atividade profissional numa sociedade ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. Salienta-

se deste período, que embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por este solicitado, atendendo a demanda do Estado e da classe dominante, com a finalidade de contenção dos operários. (IAMAMOTO, 2011)

Hoje, após o período que culminou na reconceituação da profissão e da inserção das dimensões ética-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que o norteiam, o trabalho do Assistente Social está inserido numa relação em que sua força de trabalho é mercantilizada. (IAMAMOTO, p.92/2011).

No Código de Ética que norteia o fazer profissional do Assistente Social, está descrito em seus princípios fundamentais: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”.

Isto posto, o Assistente Social, que tem como objeto de trabalho as desigualdades sociais e os grupos de minorias presentes em nossa sociedade, permeada pelas expressões das questões sociais impostas por um sistema capitalista, deve se eximir de qualquer julgamento a condição do outro, sejam quais forem os temas trazidos pelos usuários atendidos pelos serviços onde este profissional esteja inserido. O preconceito religioso, que é o objeto de pesquisa central deste estudo está presente na vida de pessoas que não partilham da crença/fé da maioria e como essa profissão teve sua origem dentro de um segmento religioso comum a maioria, pretende-se verificar se este profissional, com sua subjetividade construída nos processos sociais determinantes a todos, desempenha seu papel conforme sua legislação, isento de preconceitos.

4.2 O SERVIÇO SOCIAL E A PREMISSA DE IMPARCIALIDADE

Mesmo tendo rompido com estes conceitos de sua origem, Simões (2005) critica a influência que os valores religiosos podem exercer sobre os assistentes sociais e reprimir as orientações teóricas que norteiam a prática profissional.

O fato de a prática profissional obedecer a ordenamentos legais e o ensino estar fundamentado em teorias, como o marxismo e a psicanálise, não impede que conteúdos valóricos, oriundos da raiz social dos profissionais, ou de sua predominância de gênero ou ainda de marcas religiosas, não estejam a ela agregados, quando a maioria dos profissionais detém tal perfil. (SIMÕES, 2005, p.15/16).

Dentre outros, observamos nos Princípios Fundamentais do Código de Ética do Assistente Social:

- “- Autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.
- Autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes;“

Com a Constituição cidadã e a efetivação dos direitos a responsabilidade deste profissional aumenta na perspectiva ética da sua atuação na garantia destes direitos conquistados.

A influência da religião na atuação do profissional de Serviço Social apresenta-se subjetivamente nas concepções e formas do trato com as expressões da questão social, por uma parcela de profissionais do Serviço Social, permanecendo essa

característica que acompanha a profissão desde sua gênese tendo no laico Movimento de Reconceituação uma tentativa de rompimento com estas amarras.

Ainda há nos dias de hoje, um campo de contradição entre a prática e a teoria no fazer profissional do Serviço Social, permeado pelas subjetividades construídas no decorrer da sua vida pessoal, religiosa e profissional, reprimida ou não, de acordo com os próprios interesses, pela Instituição responsável pela remuneração e manutenção do Assistente Social, sujeito de direito e pertencente a classe socialmente subjugada pelo capitalismo.

Ao lidar com as expressões da questão social, o Assistente Social lida diretamente com sujeitos de direito com suas particularidades e diversidades, que, como este profissional, teve sua subjetividade construída de forma específica e a demonstra em sua vida social. Delimitando ou ampliando sua percepção do outro e do meio ao qual está inserido.

Se no fazer profissional o Assistente Social permite que sua atuação seja permeada por discriminação e/ou preconceito, ele está agredindo a luta da classe em suas funções básicas e longe de ser profissional competente teórica, técnica e politicamente, uma vez que tem em seu Código de Ética o projeto profissional vinculado a um projeto social democrático e comprometido com os interesses históricos da população. A normatização do exercício profissional permite que no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservem-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a.

4.3 OS DIREITOS CIVIS

O direito consagra-se como instrumento de pacificação social e valorização humana. Dentro da atual realidade pautada por discussões que nos ferem a luta por direitos adquiridos, releva-se como o meio essencial para dignidade do indivíduo e da sociedade.

O artigo 1º da constituição promulgado em 1988 trata da defesa deste importante postulado para a sustentação de um sólido Estado Democrático de Direito:

"Art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político."

Para que tal garantia estivesse presente no texto constitucional, um longo caminho foi trilhado durante a formação da história da civilização, onde, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram alimentados com sangue, esforço social conjunto e lágrimas na construção necessária de uma nova ordem política, econômica e social.

4.4 OS DIREITOS HUMANOS

Em dezembro de 2008, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos. Mas os direitos e as garantias fundamentais estabelecidos em seus 30 artigos parecem, ainda hoje, um pálido ideal a ser conquistado num futuro longínquo. Basta uma rápida olhada ao redor para constatar que os direitos humanos são cotidianamente desrespeitados e negados a grande parte da população do planeta, a começar pelo artigo primeiro da Declaração: "Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos".

De acordo com Aranha (2009), o senso comum ainda classifica os direitos humanos como direitos para bandidos ou como forma de disseminação da cultura europeia liberal em desrespeito às diversidades culturais existentes no mundo, não podendo ser essa discussão limitada a esses termos e sim às conquistas realizadas nessa área.

Em estudos realizados pela professora Flávia Piovasan (apud Aranha, 2009) no período de 1970 e 2004 pode-se verificar que as vítimas com violação dos direitos

humanos modificou-se de acordo com o período. Durante os anos de ditadura militar, as vítimas eram em sua maioria de classe média (advogados, professores, estudantes, líderes da igreja católica, etc.), no período após, o perfil dessas vítimas passou a ser de classe baixa (residentes em favelas, ruas, estradas, prisões) ou pertencentes a grupos de vulnerabilidade (mulheres, negros, crianças, etc.)

Aranha interpreta esses dados não negando a existência de violação de direitos aos grupos de vulnerabilidade e dos pobres durante o regime militar, apenas o foco da percepção estava direcionado aos que expressavam perigo ao Governo. Por causa do Regime Militar a mentalidade sobre a “autoridade da polícia” permanece até os dias atuais, direcionados esses atos de violência a população pobre, sendo este o cenário do Brasil, é necessário compreender a evolução dos direitos.

Com origem na Grécia antiga, o jusnaturalismo ou direito natural, considerado eterno e imutável, válido para todos independente do tempo e do lugar praticado, justiça e direito eram harmoniosos em seus conceitos. Na idade média, a justiça passou a ser considerada como algo divino, cabendo aos juristas harmonizar os textos legais as escrituras sagradas. Para Aristóteles (apud Aranha, 2009) a prudência, ou sabedoria prática, levariam os indivíduos a discernir entre o certo e o errado, justo e injusto. Mais adiante na história, os romanos, considerando a origem mítica de sua fundação, encontraram um modelo de virtude e moral, a crença da cidade ter surgido em ritual religioso fortificou a aceitação desse culto.

No século XVII a política e o direito foram dessacralizados e assim separados dos dogmas religiosos. Na idade moderna o direito natural adquiriu o contorno individualista, mas cresceu o rol de direitos inatos e universais, à vida e à segurança (Thomas Hobbes), à liberdade (John Locke) e à igualdade (Jean Jacques Rousseau), no iluminismo essas teorias ficam mais claras sobretudo com o pensamento de Immanuel Kant.

Ainda segundo Aranha, a partir da autonomia conquistada pelos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, mudando a ordem onde o rei era soberano em suas vontades, todo cidadão passou a poder reivindicar por direitos. Em 1948, aprovou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e mesmo não sendo

considerada um tratado internacional juridicamente falando, representa um consenso em torno dos valores ali descritos e foi o modelo para a elaboração de: o Tratado Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Tratado Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos aprovados pelo Brasil no ano de 1992.

D. Silvano Tomasi em seu discurso na Sessão Ordinária de Direitos Humanos da ONU, defende que a liberdade religiosa é um direito de todo cidadão e dever do Estado proporcionar condições para esse direito possa ser usufruído, proibindo qualquer forma de intolerância. Não devendo conter discriminação em suas Leis e Políticas direcionadas a população, cabendo também ao Estado promover ações que possibilitem o dialogo e o respeito. A dimensão espiritual é imprescindível à vida, mas episódios incontáveis de violência religiosa ocorridas em todas as partes do mundo demonstra que esse direito vem sendo negado. A negação desse direito estabelece o enfraquecimento da democracia, permite a opressão e reprime toda a sociedade. Assim a liberdade religiosa está ligada a liberdade de opinião e desta forma impedida de ser manipulada para fins políticos de conquista e permanência de poder, bem como a opressão dos dissidentes e minorias, já que as perseguições religiosas derivam de opiniões divergentes.

“...o temor é que a liberdade de escolher e praticar outra religião, diferente da própria, esteja baseada no pressuposto de que toda a verdade é relativa e que não existe uma religião válida de forma absoluta. Este é o equívoco. O direito de seguir e de mudar religião baseia-se no respeito pela dignidade humana: o Estado deve permitir a cada pessoa procurar livremente a verdade”. (XVI SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DOS DIREITOS HUMANOS DA ONU – DISCURSO DE D. SILVANO TOMASI SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS - Genebra, 2 de Março de 2011)

Sendo este um direito fundamental, paralelamente é dever de todos a garantia e aplicação de condições para que este direito seja promovido.

5 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Em relação às questões sobre religiões, nas respostas dadas percebemos que todos os entrevistados afirmam conhecer outra denominação religiosa e que existe preconceito religioso no Brasil, mas quando perguntados de que maneira eles percebem a existência de preconceito, eles responsabilizam o outro, como na fala desse entrevistado: *“todo mundo se acha dono da verdade e por causa disso discrimina as pessoas que pensam de forma diferente dele”* (Luterano 6).

Gráfico 1 - A senhora/senhor conhece outros tipos de religiões praticadas no Brasil?

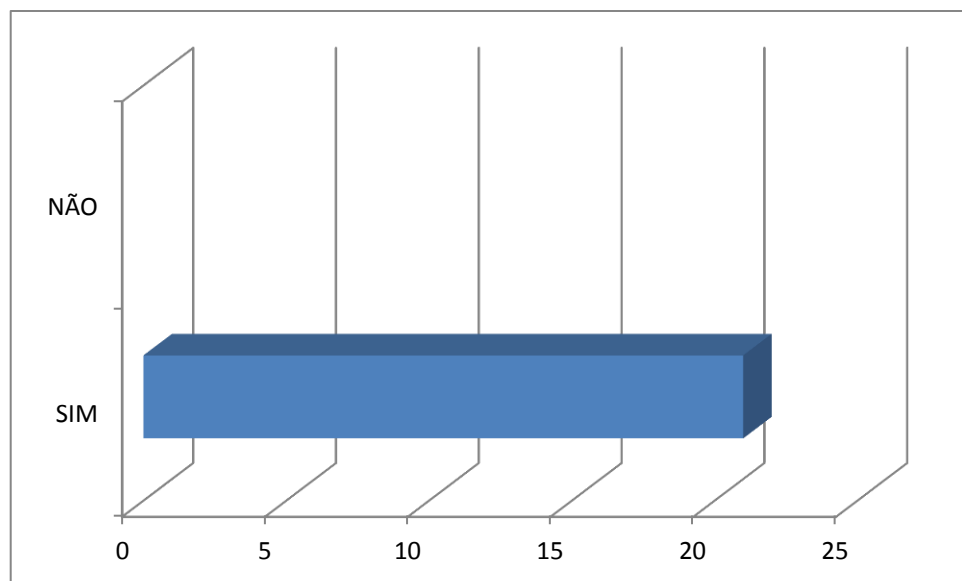
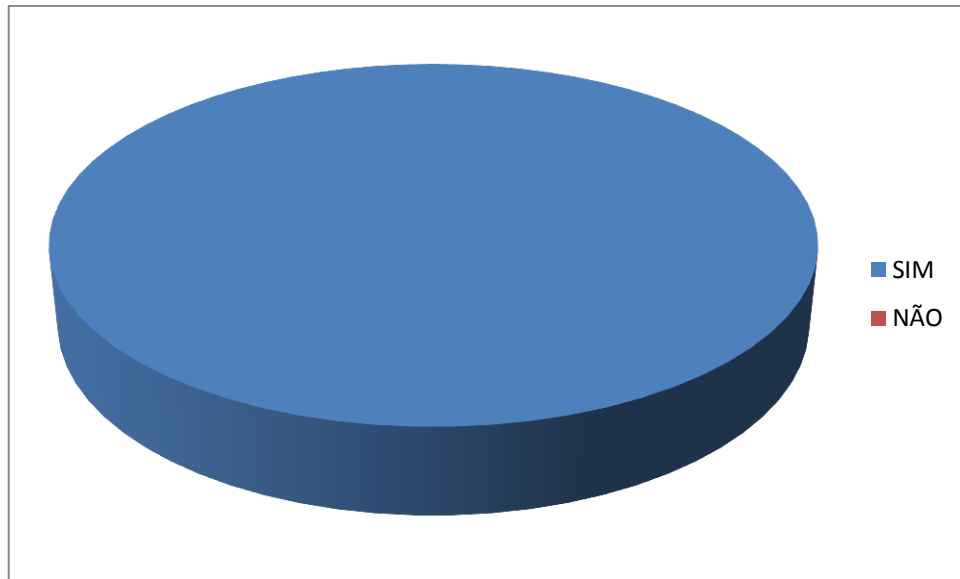


Gráfico 2 – A senhora/senhor acha que existe preconceito religioso no Brasil?

Observou-se que as pessoas entrevistadas não admitiram que são preconceituosas, mas se contradisseram em suas respostas, ou seja, afirmaram que existe preconceito mais que elas próprias não são, embora em muitas respostas perceba-se a discriminação.



Pergunta – O que a senhora/senhor acha da prática religiosa dos judeus, dos espíritas e de origem africana?

Colocam o saber do que acreditam como verdade como maior forma de preconceito. Para os pastores dessas denominações, o preconceito é natural por causa da construção cultural da nossa sociedade. Quando direcionamos a pergunta sobre preconceito aos espíritas, judeus e as religiões de origem africana, há falas de cunho preconceituoso, do tipo: *“esse negócio de espiritismo, outras coisas eu não acredito não, tem umas que são muito ruins porque que acaba afetando inocentes, pessoas que só fazem o mal as pessoas, por exemplo, essas de origem africana”* (Presbítera 3); *“Os espíritas, eu não vou te dizer muita coisa, só sei que não concordo muito com as práticas deles”* (Metodista 1); ou:

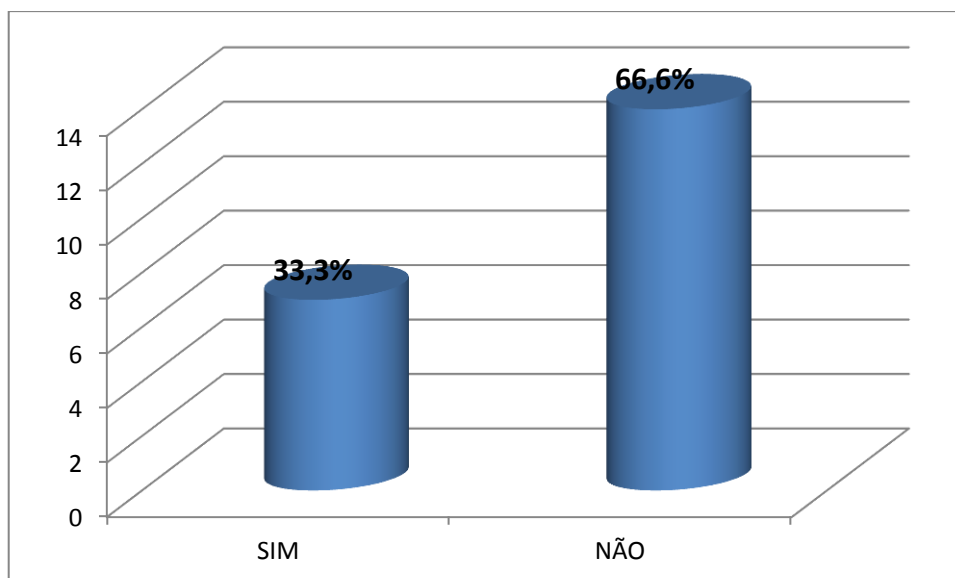
“espíritas não é de Deus nada ali, porque a gente teve lá dentro vendo e judeus eu não entendo, os africanos tadinhos, na época da escravidão, eu acho que eles iam pra qualquer um que ajudasse eles a rir, a pular, a brincar” (Metodista 2);

Também observado em *“africano, eu não sei que nunca vi, candomblé, eu nunca vi, eu nunca mexi com essas coisas”* (Metodista 3).

Foi possível encontrar falas que descrevem as crenças dessas denominações como demonstrações culturais: “os africanos, eu acho que tem bastante a ver com tribos, a forma como foram criados, eu acho que isso dá um certo conforto pra eles, fazerem danças e expressar sua religiosidade dessa maneira” (Luterana 3); “Acho que cada país tem seu jeito de pensar, porque cada um vive num lugar. Cada um vai atrás da sua fé” (Luterana 4); “É bom que a gente diga que eles, dentro da cultura, seguem aquilo que lhes foi ensinado” (Metodista 5).

E falas de respeito à crença do outro: “os espíritas usam muito a caridade” (Presbítera 1); “penso que todos tem direito a ter sua livre iniciativa em tudo, inclusive na religião” (Presbítero 5); “não cabe a mim exatamente querer criticar, eu acho que somente cabe respeitar” (Presbítero 6); “os espíritas, eu admiro a forma como eles confortam as pessoas com as palavras e do trabalho que eles fazem também” (Luterana 3); “eu respeito o credo de cada um” (Metodista 4). Os pastores comungam da mesma opinião, todos tem o direito de professar a fé como melhor lhe aprouver.

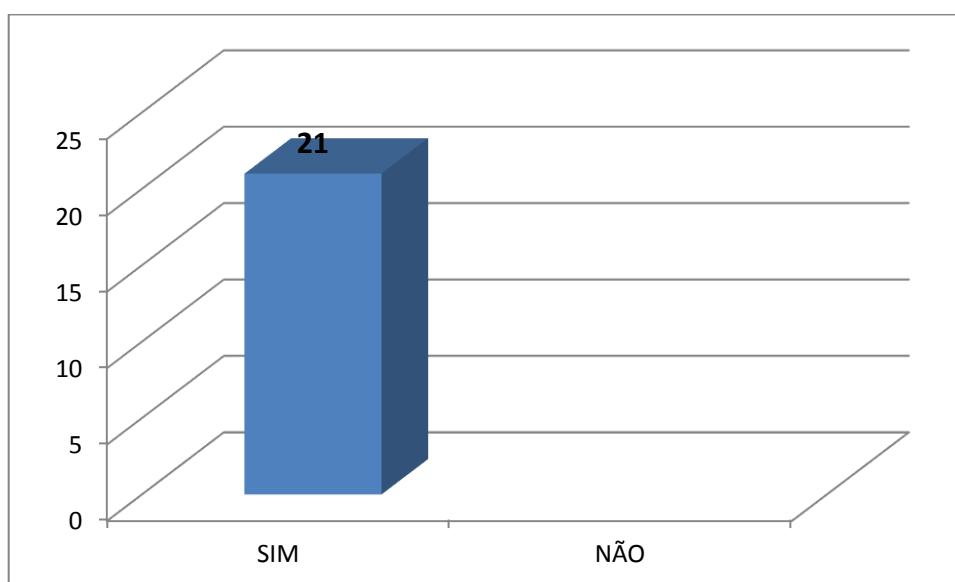
Gráfico 3 - Você já foi vítima de preconceito religioso?



Sobre terem sofrido preconceito religioso, 33,33% afirma que sim, em sua maioria alegam um tipo de preconceito, serem evangélicos num país católico, outra forma de preconceito sofrida pelos entrevistados, quando dizem ser evangélicos, as pessoas

não distinguem uma denominação da outra e os tratam com desdém que eles direcionam a essas igrejas que fazem do culto um comércio (Luterana 2).

Gráfico 4 – Sua Igreja desenvolve ou mantém algum projeto social?



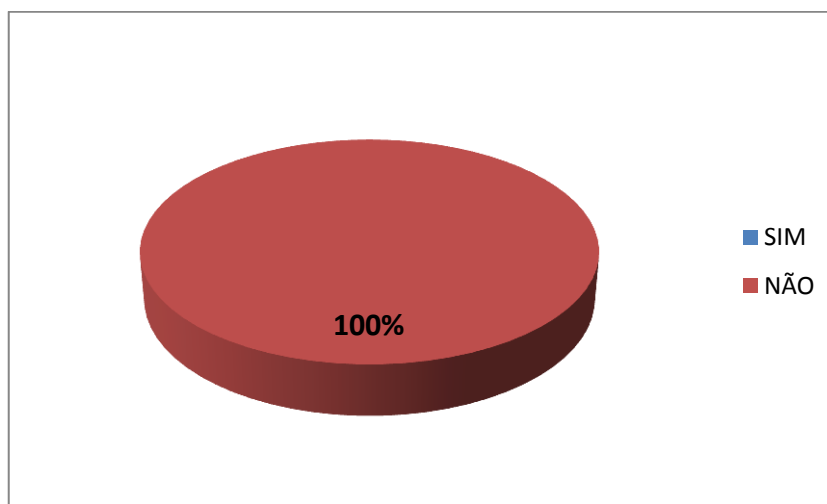
Na pesquisa, 100% dos entrevistados afirmam que os projetos sociais desenvolvidos por suas denominações religiosas não possuem qualquer critério que desqualifique os usuários a participarem, mesmo que estes sejam de outras denominações, que estes mesmos projetos são direcionados para as comunidades do entorno das Igrejas. Os líderes das denominações pesquisadas descreveram projetos mais amplos, não só os que a Igreja local desenvolve, mas os de âmbito municipal, estadual e nacional de suas respectivas igrejas.

Pergunta - Se sim, o profissional que gerencia esses projetos é efetivamente um Assistente Social?

Após a pesquisa, constatou-se que em nenhuma dessas igrejas e projetos havia profissional formado atuando nas atividades, tampouco como mentor ou idealizador de alguma ação social inserida no contexto das Instituições.

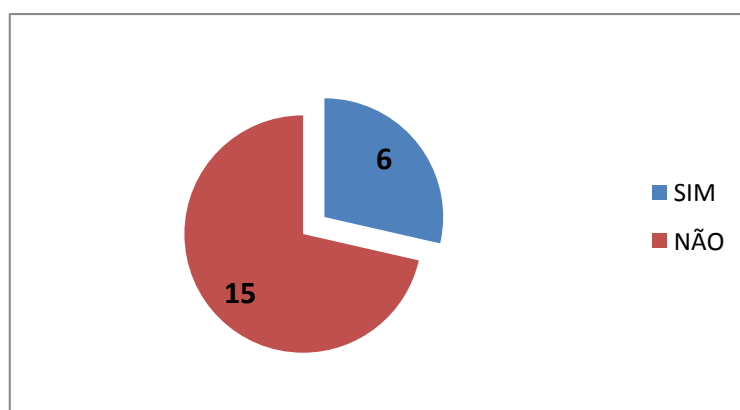
Cabe descrever o argumento levantado nesta questão, que de acordo com os entrevistados, os pastores, responsáveis pela coordenação dos projetos, têm em sua formação, capacitação que os habilita para tal.

Gráfico 5 – Existe algum critério que desqualifique a inserção de alguém nesse projeto?



Por fim, a última pergunta se referia à interferência da Igreja em suas vidas pessoais. Os 28,57% que afirmaram que sim, que interfere, falaram de uma forma positiva, como descrita na fala do Metodista 5, "*Claro, você vem a igreja, você louva a Deus, você ouve a Deus e você quer repartir isso com outras pessoas*". Nas respostas dos pastores, a interferência diz respeito à dedicação a vida pastoral, que é em tempo integral.

Gráfico 6 – Sua atuação na Igreja interfere na sua convivência social, profissional ou familiar?



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a profissão de Serviço Social tem uma responsabilidade com a população no que diz respeito à garantia de direitos, ou pelo menos, no esclarecimento desses direitos. Diante dessa constatação, torna-se tarefa árdua entender como um profissional desta área consiga exercer a profissão efetivamente, estando submetendo seu usuário (sociedade que demanda sua atuação) atos preconceituosos, principalmente quando considera-se que o Assistente Social lida com as minorias, com os excluídos, com os que estão à margem do que a sociedade capitalista entende como normal. Quando na vereda acadêmica são perceptíveis os argumentos discriminatórios da parte dos graduandos e de profissionais envolvidos nos projetos acadêmicos, essa percepção aguçou a necessidade de investigar de forma metodológica para verificar se essa é uma prática comum na sociedade atual.

Como descrito no início deste trabalho, foi delimitado o grupo atuante em projetos sociais de igrejas cristãs, em que esperava-se encontrar profissionais do Serviço Social coordenando, ou, mesmo de forma indireta, envolvidos nos projetos.

Após tabulação dos dados, então, verificou-se que 100% dos entrevistados afirmam a existência de projetos sociais em suas Instituições e essa mesma porcentagem também afirma que esses projetos não são coordenados pelo profissional de Serviço Social, que, pela sua formação acadêmica estaria habilitado para tal empreendimento.

Coube, então, a decisão de continuar a pesquisa, entrevistando os pastores e correlatos, bem como alguns outros agentes sociais das Instituições, envolvidos diretamente na organização e execução dos projetos.

Em nosso código de ética descreve a atuação do Assistente Social como:

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (Código de Ética - Lei 8.662/93).

Assim sendo, é este o profissional que em sua formação acadêmica constrói um cabedal teórico e metodológico que o permite conhecer as subjetividades dos usuários das Políticas Públicas, bem como os usuários de projetos sociais, advindos de Instituições públicas ou privadas.

Os argumentos discriminatórios retro citados se referiam à prática religiosa de alguns segmentos, especificamente os judeus, os espíritas e os seguidores das denominações de origem africana e partiram de pessoas denominadas cristãs. Para entender a construção social a qual estava me envolvendo, procurei estudar a origem das denominações cristãs históricas, bem como a leitura que seus seguidores fazem desses segmentos religiosos e a orientação dada por seus líderes. Percebi que já há contradição na origem de suas crenças, como o fato de que o cristianismo nasceu dentro do judaísmo, o próprio Jesus Cristo, considerado o Messias dos cristãos, era judeu, então o preconceito em relação a esse segmento é uma incoerência histórica. Nos ensinamentos contidos na bíblia, livro sagrado para os cristãos e fonte de orientação de vida, não especifica qual denominação é a escolhida por Jesus, que dizem seguir, não justificando assim as várias denominações existentes, e essas denominações se auto intitulem donas da verdade.

O saber sobre a “verdade” é o que motiva o preconceito. Voltemos ao ponto de partida. Lutero e João Calvino se afastaram da Igreja a qual eram monges por acreditarem que esta estava se distanciando da verdade, fundando novas igrejas com dogmas diferentes de sua igreja de origem, construindo uma nova versão da “verdade”. Ambos consideravam a bíblia a base de suas doutrinas, interessante dizer que também a igreja católica berço de ambos, também segue a bíblia como base da doutrina, então o que propuseram como novo se o padrão doutrinário permanece. A proposição diferenciada de John Wesley era em relação a situação socioeconômica dos seus concidadãos, mas quanto as regras de doutrinação também se utilizava dos ensinamentos cristãos. O que quero dizer é que na disseminação da verdade, verdade vista de forma diferente por cada um deles, surgiram igrejas com origem similares e que no decorrer dos anos foram se distanciadas em seus cultos.

Nas entrevistas feitas aos seguidores e pastores destas denominações, pude perceber uma simpatia entre si, embora façam questão de especificar o que cada uma tem de especial. Afirmaram terem sido vítimas de preconceito dos católicos, por ser esta a religião de maioria no país, mas nenhum deles citou o fato de suas igrejas originarem-se do catolicismo, razão para serem igrejas irmãs e terem seus princípios fundados por Jesus e seguirem a mesma orientação doutrinária através da bíblia, ou seja, serem todos cristãos.

O espiritismo, denominação citada nas perguntas no direcionamento à questão sobre preconceito, apesar de ser cristã, se diferencia das citadas até momento por ter seu próprio livro doutrinário que orienta seus seguidores, embora usem a bíblia como complemento dos ensinamentos. Quando perguntados especificamente sobre o espiritismo, o tom e a forma como respondiam sofriam uma mudança significativa, tanto que quando citavam “*coisa do demônio*”, era do espiritismo que se referiam.

Uma grande surpresa na pesquisa se deu em relação ao espiritismo, pois, embora saiba da existência do preconceito direcionado a esta denominação, minha expectativa era serem as denominações de origem africana o alvo maior do preconceito, por ter o item raça ligado a este segmento e por saber ser o Brasil um país racista pela estrutura econômica e social, construída no processo histórico da nossa nação, em que os negros foram escravizados. Apesar desse ranço histórico, os entrevistados veem as religiões de origem africana como um processo cultural dos negros.

Outra percepção durante o processo de pesquisa foi quanto ao profissional que coordena os projetos sociais ligados às igrejas que tiveram seus membros entrevistados. Em nenhuma delas o coordenador do projeto tinha formação acadêmica adequada para a função, ou seja, não se tratava do profissional de Serviço Social, cuja formação técnica-metodológica o habilita para tal empreendimento. Em todos os casos os pastores detém essa obrigação e com a afirmação que sua formação religiosa os capacita. Em só um dos projetos foi citado a presença do Assistente Social como parte integrante do processo de intervenção social dessas denominações. O que a meu ver é uma situação digna de menção porque é este profissional que sabe conhecer profundamente a realidade social

posta na sociedade atual e as construções subjetivas advindas desta realidade, assim como o sujeito e seu entorno. É este profissional que sabe avaliar os critérios de inclusão baseado nos direitos de todos os indivíduos para que seja esta uma sociedade justa, igualitária e livre de qualquer tipo de preconceitos.

Apesar de perceber como um ponto negativo a falta de profissionais na coordenação desses projetos, avaliou-se esta pesquisa ainda assim positivamente, por entender-se que se a realidade é que essas pessoas desenvolvem as ações locais, então que fossem ouvidas, mesmo não sendo do Serviço Social, o que no fim, demonstrou ser verdade as indagações iniciais que deram origem ao projeto desta pesquisa.

Por fim, não foi possível constatar se no meio profissional do Serviço Social há preconceito religioso, pela ausência desses nos projetos sociais das Igrejas cristãs pesquisadas, porém ficou claro que os responsáveis por esses projetos, em sua maioria os próprios pastores e/ou dirigentes religiosos, enquanto líderes, não conseguem definitivamente a imparcialidade de ações e opiniões quando o assunto é a “outra” religião. Uma pequena parcela dos entrevistados demonstrou respeito incondicional, o que mostra que apesar de formados e capacitados para administrarem projetos e instituições que envolvem a tutoria religiosa de centenas de pessoas, não se abstêm do fator aceitação do diferente.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

XVI SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DOS DIREITOS HUMANOS DA ONU – DISCURSO DE D. SILVANO TOMASI SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS (Genebra, 2 de Março de 2011).

ABESS. O processo de formação profissional do assistente social. In Vv.Aa. Cadernos Abess. São Paulo: Abess/Cortez 1993. n. 1.
Site: <http://welbergontran.com.br> – consultado dia 16 de novembro de 2015.

Aranha, Maria Lucia de Arruda – Filosofando: Introdução a Filosofia / Maria Lucia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins – 4ª ed. Ver. – São Paulo: Moderna, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti – Política Social: Fundamentos e História / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 9ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v.2).

Código de Ética – Resolução CFESS nº.273/93 de 13 de março de 1993.

CHAUI, Marilena – Convite a Filosofia – Editora Ática/ 2005.

GENTILI, Raquel de Matos Lopes – Representações e Práticas: Identidade e Processo de Trabalho no Serviço Social / Raquel de Matos Lopes Gentili. 3ª ed. Revista – São Paulo: Veras, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela – Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, - 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade – Antropologia: Uma Introdução/ Marina de Andrade Marconi, Zélia Maria Neves Presotto – 6. Ed. – 3 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

VICENTINO, Cláudio – História para o ensino médio: História Geral e do Brasil/ Cláudio Vicentino, Gian paolo Dorigo – Ed. Atual – São Paulo: Scipione, 2008.

BUYERS, Paul Eugene - História do Metodismo, a presente foi feita especialmente para publicação no site da Igreja Metodista de Vila Isabel, a saber, www.metodistavilaisabel.org.br/.

Constituição da República Federativa do Brasil – Edição Administrativa: Senado Federal – Impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

RIBEIRO, Paulo Silvino, Brasil Escola -
<http://www.brasilecola.com/sociologia/etnocentrismo.htm> - verificado em
 09/05/2015.

FAUSTO, Boris – História Concisa do Brasil/ Boris Fausto – 1. Ed. 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 4ª Edição. São Paulo: Círculo do Livro S.A.. 1988.

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/04/bancada-evangelica-influencia-ate-deputados-catolicos-1215.html> - verificado em 10/05/2015.

<http://www.brasilecola.com/religiao/protestantismo.htm> - verificado em 10/05/2015.

DREHER, Martin N. – História do povo de Jesus: uma leitura latino-americana/Martin N. Dreher – São Leopoldo: Sinodal, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de – Os Direitos do Antivalor: A Economia Política da Hegemonia Imperfeita / Francisco de Oliveira – Petrópolis : Vozes, 1998.

SIMÕES, Pedro. Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil/Inglaterra. – São Paulo: Cortez, 2005.

ANEXOS

Anexo 1 - Questionário utilizado na pesquisa de campo:

1 – A senhora/senhor conhece outros tipos de religiões praticadas no Brasil?

2 – A senhora/senhor acha que existe preconceito religioso no Brasil?

Por quê?

3 – O que a senhora/senhor acha da prática religiosa dos judeus, dos espíritas e de origem africana?

4 – Você já foi vítima de preconceito religioso?

Se sim, como?.

5 – Sua Igreja desenvolve ou mantém algum projeto social?

Se sim, o profissional que gerencia esses projetos é efetivamente um Assistente Social?

6 – Existe algum critério que desqualifique a inserção de alguém nesse projeto? Só membros da Igreja participam?

Mas, as que participam do projeto, elas precisam ser membros da Igreja?

7 – Sua atuação na Igreja interfere na sua convivência social, profissional ou familiar?